

PROCESSO N.º 117/2019  
TOMADA DE PREÇOS N.º 008/2019  
EDITAL N.º 099/2019

## I - PREÂMBULO

1. **A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ**, através da Comissão Municipal de Licitações, constituída pelo Decreto nº 2018/2019, de 01 de abril de 2019, FAZ SABER a todos os interessados que a Prefeitura Municipal de Tarumã, com sede na Rua Aroeira, 482, Vila das Árvores, telefone/fax (0XX18) 3373 - 4500, atendendo à Requisição de compra emitida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, torna público que se fará realizar Licitação, do tipo menor preço global, nos termos das diretrizes contidas na Lei Federal nº 8666/93, de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar nº. 123/06 e posteriores alterações, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital de TOMADA DE PREÇOS, objetivando a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de treinamento para organização e reestruturação estratégica de ações da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, conforme o ANEXO I e Memorial Descritivo, que é parte integrante deste, com recebimento dos envelopes nº I – “HABILITAÇÃO” (Documentação) e nº II – “PROPOSTA COMERCIAL”, nos dias úteis e horário de expediente, das 8h00min às 16h00min, e **até às 10h00min do dia 26 de agosto de 2019.**

## II – DO OBJETO

2. O objeto da presente licitação é a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de treinamento para organização e reestruturação estratégica de ações da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico**, conforme descrição contida no ANEXO I – Termo de Referência e ANEXO IV – Memorial Descritivo.

2.1 Poderão participar desta licitação as empresas:

a) Do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

b) Que não estejam sob falência, concurso de credores, dissoluções, liquidações ou hajam sido suspensas de licitar com a Administração, de quaisquer esferas, ou declaradas inidôneas por qualquer órgão ou entidade pública, salvo as com proposta de Recuperação Judicial homologadas em juízo nos termos da Súmula TCESP nº 50<sup>1</sup>;

c) Que não estejam reunidas em consórcio e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

d) Que não se enquadrem nos termos do artigo 9º, da lei 8.666/93 e posteriores alterações.

2.2 A empresa participante poderá manifestar-se por meio de um representante legal, com poderes para intervir nas fases do processo, desde que apresente no início da reunião, em separado, documento que o identifique como legítimo representante da licitante

---

<sup>1</sup> **Súmula 50:** Em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

(procuração ou credencial com firma reconhecida). Caso contrário, ficará impedido de manifestar-se e/ou responder pela empresa.

2.2.1 A não-apresentação do documento de que trata o subitem anterior não implicará na inabilitação da licitante, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela mesma.

2.2.2 Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração, poderá representar mais de uma licitante.

2.3 A Comissão de Licitação não se responsabilizará por envelope entregue após o horário ou em lugar diverso do previsto acima, nem pelo extravio de envelopes "HABILITAÇÃO", e "PROPOSTA COMERCIAL" que não forem entregues pessoalmente.

2.4 Toda e qualquer informação sobre habilitação e/ou informações técnicas com relação a este edital deverão ser feitas, por escrito, e endereçadas à Comissão de Licitação no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura do pleito.

2.5 Não serão levadas em consideração quaisquer declarações, reclamações ou impugnações feitas posteriormente à lavratura das atas.

### III – DAS MICRO-EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

3.1. - **A presente licitação é destinada exclusivamente à participação de empresas enquadradas no inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006.**

3.2. - Para obter os benefícios da Lei Complementar nº. 123/06, a qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte deverá requerer por expresso, nos termos do disposto no artigo 72 da referida Lei Complementar Nº. 123/06, bem como apresentar **CERTIDÃO DA JUNTA COMERCIAL ou pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas**, conforme o caso.

3.3. - Para se enquadrar na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o artigo 966 da Lei nº. 10.406/02, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, deverão cumprir as disposições do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/06, além de, não incorrer em nenhuma das exceções contidas nos incisos I a X do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/06.

3.4. Ficam desde já advertidos os licitantes que a prática de qualquer ato no sentido de admitir que sua entidade empresarial é empresa de pequeno porte ou microempresa a fim de obter tratamento diferenciado no certame, quando não se enquadrar nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/06, ou quando estiver inserida nas situações elencadas nos incisos I a X do §4º do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/06, constitui fraude à realização de ato do procedimento licitatório, sujeitando o infrator às penalidades previstas no artigo 93 da Lei nº. 8.666/93.

3.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

3.5.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será

convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

#### IV - APRESENTAÇÃO E CONTEÚDO DOS ENVELOPES:

##### 4. Do recebimento dos envelopes:

4.1. Os envelopes, constituídos de Habilitação (Documentação) e Proposta Comercial, deverão ser entregues no Setor de Protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ, sito à Rua Aroeira, n.º 482 – Vila das Árvores – Tarumã/SP, **até às 10h00min. do dia 26 de agosto de 2019, tendo a sua abertura às 10h10min. do dia referendado;** em envelopes fechados e não transparentes contendo em suas partes externas os seguintes dizeres:

##### **A/C Comissão Municipal de Licitações:**

Nome da Proponente

Endereço Completo da Proponente

**Processo nº. 117/2019.**

**Tomada de Preços nº. 008/2019.**

O primeiro com subtítulo: Envelope nº. I - "DOCUMENTAÇÃO".

O segundo com subtítulo: Envelope nº. II - "PROPOSTA COMERCIAL".

**4.2. No envelope nº. I – Habilitação (Documentação)** deverá conter os seguintes documentos devidamente autenticados:

##### **4.2.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

a) Certificado de Registro Cadastral - **CRC** emitido por qualquer órgão público em plena validade.

b) **Registro comercial**, no caso de empresa individual;

c) Ato constitutivo, estatuto social, **contrato social ou sua consolidação** e posteriores alterações contratuais, devidamente registradas na junta comercial e, em vigor e, no caso de sociedade por ações, estatuto social, ata do atual capital social acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: **certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas**, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa no 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

##### **4.2.2 REGULARIDADE FISCAL**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**CNPJ**);

b) Prova de regularidade referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) administrados pela Fazenda Nacional, consistente na apresentação de **certidão expedida conjuntamente** pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), na forma prevista na Portaria PGFN/RFB Nº 1751, de 02 de outubro de 2014;

c) Certidão de regularidade de débito para com a **Fazenda Estadual** da sede da licitante, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

c.1) Para efeito de esclarecimento, as licitantes sediadas no Estado de São Paulo, a regularidade de débito para com a Fazenda Estadual será atestada pela apresentação das Certidões emitidas pela Secretaria da **Fazenda** (débitos não inscritos) e pela **Procuradoria** Geral do Estado (débitos inscritos em dívida ativa).

d) Certidão de regularidade de débito para com a **Fazenda Municipal** da sede da licitante, quanto aos tributos mobiliários, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

e) Certidão que prove a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, (CNDT).

#### 4.2.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de **falência ou concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou apresentação do Plano de Recuperação homologado pelo judiciário em pleno vigor, nos termos da Súmula TCESP nº 50;

#### 4.2.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) **Atestado de capacidade técnica** (bom desempenho anterior, em contrato da mesma natureza e porte) emitida por órgão público ou privado de prestação de serviços compatíveis ao objeto deste certame licitatório.

#### 4.2.5 OUTRAS COMPROVAÇÕES:

l) Declaração, sob as penas da lei, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Anexo III).

m) Declaração, sob as penas da lei, de que inexistem fatos impeditivos da sua habilitação (Anexo III);

n) Declaração de desimpedimento de licitar e contratar com a administração pública (Anexo III);

o) Declaração de desimpedimento em contratar com a administração pública.

4.3. A pessoa física que irá representar a Empresa, que não seja sócio, deverá apresentar-se munido de Procuração (com firma reconhecida) ou credenciamento (com firma reconhecida), ficando somente permitido 01 (um) representante para cada empresa participante.

4.3.1. Todos os documentos necessários à habilitação deverão estar dentro do prazo de vigência de validade.

4.3.2. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

4.3.3. Não serão consideradas válidas cópias extraídas de cópias autenticadas.

4.3.3.1. As cópias dos documentos poderão ser autenticadas, desde que apresentadas junto aos documentos originais, no ato de abertura dos envelopes pelo representante do órgão municipal com chancela própria, ou em momento anterior ao do dia da abertura do procedimento.

4.4. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

4.4.1. Fica assegurado o prazo de 05 dias úteis, prorrogáveis por igual período, para apresentação dos documentos comprobatórios de regularidade fiscal em caso de restrição na documentação par as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em observância ao disposto no art. 43 § 1º da Lei Complementar 123/06 e posteriores alterações.

4.4.2. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação no certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.4.3. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

4.4.4. A Comissão Municipal de Licitações poderá solicitar esclarecimentos e informações adicionais para dirimir dúvidas que, a seu exclusivo critério, venham a surgir no exame da documentação apresentada, sendo, porém, expressamente vedada a anexação posterior de documento de habilitação que deveria constar do respectivo envelope.

**4.5. No envelope nº. II – “Proposta Comercial”,** deverá conter a Proposta elaborada pela licitante, devendo ser apresentada em papel no mesmo padrão do modelo enviado pela municipalidade, datilografada, ou por processo de informática, e atender a todas as exigências contidas neste EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS e ANEXO I - Termo de Referência, ao final ser identificada sendo assinada na última folha e rubricada nas demais, acondicionada em envelope opaco e fechado que contenha a identificação do proponente e número do Processo e respectiva Tomada de Preços, devendo conter em seu interior:

a) Nome da licitante, endereço completo, número do CNPJ e nº da Inscrição Estadual;

- b) Número do Processo e número da Tomada de Preços;
- c) Preço unitário e total do item, em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais, sem qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;
- d) Especificações detalhadas dos serviços a serem fornecidos, consoante exigências editalícias;
- e) Inclusão de todas as despesas que influenciem nos custos, tais como: despesas com tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;
- f) Prazo de validade da proposta de no mínimo 30 (trinta) dias contados da data de sua abertura;
- g) E-mail, telefone para contato e Dados bancários para pagamento;

4.6. Serão rejeitadas de forma parcial ou total, as propostas ou itens ilegíveis e que contenham rasuras;

4.7. A proposta depois de aberta se acha vinculada a licitação pelo seu prazo de validade, não sendo admitidas quaisquer inclusões ou alterações no sentido de se sanar falhas ou omissões, assim como não será permitida a sua retirada ou desistência por parte da proponente;

4.8. A proposta deverá ser entregue ou enviada pelo interessado ao Departamento de Licitação aos cuidados da Comissão Municipal de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ, sito a Rua Aroeira, nº. 482 – Vila das Árvores, **até às 10h00min. do dia 26 de agosto de 2019.**

4.9. Nos preços deverão estar inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos e taxas devidos a quaisquer órgãos federais, estaduais, municipais, bem como os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, entre outros.

## **V – DA ABERTURA DOS ENVELOPES**

5. Recebidos os envelopes, no horário designado, a COMUL - Comissão Municipal de Licitação passará à fase de Habilitação.

5.1. Aberto o envelope I - Habilitação (Documentação), os documentos serão rubricados pela Comissão e pelos licitantes presentes.

5.2. A seguir, a Comissão decidirá verbalmente, bem como fará constar da Ata de Abertura, sobre a habilitação dos concorrentes, considerando-se automaticamente inabilitado aquele que deixar de apresentar a documentação exigida no item 4.1.

5.3. Aos declarados inabilitados, serão imediatamente comunicados, abrindo-se prazo recursal.



5.4. A seguir, a Comissão abrirá e apreciará o conteúdo dos envelopes das propostas, rubricando cada folha, e colhendo rubrica dos licitantes presentes, os quais poderão, igualmente, examinar as propostas dos concorrentes.

5.5. Nenhum adendo às propostas será permitido nesta fase.

5.6. Serão desclassificadas as propostas que não atendam as exigências do ato convocatório da Licitação.

5.7. Não será admitida, sob pretexto algum, qualificação ou substituição das propostas ou de qualquer documento.

5.8. Terminada esta fase, a Comissão dará por encerrada a sessão de abertura das propostas, lavrando ata circunstanciada, a qual será firmada pela Comissão e pelos presentes.

## VI- JULGAMENTO

6. O critério de julgamento será o de **menor preço global**. Nesta fase serão desclassificadas as propostas que não satisfaçam integralmente ao estabelecido na presente Tomada de Preços.

## VII - REAJUSTE DE PREÇOS

7. Os preços serão fixos e irrevogáveis, observando-se a regra prevista no artigo 65 e incisos da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.

## VIII – DO DIREITO DE RECURSO

8. Dos atos praticados pela Comissão Municipal de Licitações – COMUL, no processamento da Licitação, cabem recursos hierárquicos nas formas e prazos estabelecidos pelo artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

## IX - DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

9. Para o item condição de Pagamento, deverá, para elaboração da proposta, ser considerado o que segue:

9.1. O pagamento será efetuado “À VISTA”, em até 10 (dez) dias úteis da data de entrega do bem ou serviço com a entrega da respectiva Nota Fiscal e relatório de execução dos serviços, junto ao Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Tarumã, após conferida.

9.2. Não será admitida proposta com condição de pagamento ANTECIPADO ou de prazo contado da data de EMISSÃO da Nota Fiscal;

9.3. A Prefeitura não efetuará pagamento através de cobrança bancária; os pagamentos serão efetuados nas modalidades de transferência bancária.

9.4. Somente serão efetuados pagamentos aos licitantes que não possuam dívida de qualquer natureza e/ou espécie junto à Fazenda Municipal de Tarumã, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos.

9.5. Para efeito de pagamento, só serão aceitas pela Administração Pública da(s) empresa(s) contratada(s), emissão de Nota Fiscal Eletrônica dos serviços prestados, conforme disciplina a Portaria CAT nº162/2010.

## **X – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

10. As despesas decorrentes da presente Licitação ocorrerão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias (recurso próprio):

02.10 – 02.10.00 - 23.695.0038.2154 – 3.3.90.39 – **894** – Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica

02.10 – 02.10.00 - 04.122.0001.2155 – 3.3.90.39 – **957** – Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica

## **XI - DAS SANÇÕES POR INADIMPLÊNCIA**

11. Caso se verifique o descumprimento de quaisquer das cláusulas contidas neste edital que resultem em prejuízo ao serviço público, o contratado incorrerá, a cada falta, em multa pecuniária equivalente a 10% (dez por cento) do valor original do contrato.

11.1. O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que o adjudicatário tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro, atualizado a data do efetivo pagamento.

11.2. Não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa atualizado, deverá ser pago, pelo inadimplente na Prefeitura Municipal. Na ocorrência do não pagamento, o valor será inscrito em dívida ativa para cobrança judicial.

11.3. No caso de reincidência da falta, o contrato será declarado rescindido, e a contratada declarada inidônea, sendo a declaração de inidoneidade publicada no DOE e em jornal local de grande circulação.

## **XII – DO CONTRATO**

12. A recusa injustificada do licitante vencedor do certame em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da Convocação para Assinatura do Termo de Contrato, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se, sem prejuízo das demais sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

12.1. O Termo de Contrato oriundo deste Processo de Licitação terá **vigência até 31/12/2019**, a contar da data de assinatura do presente termo de contrato.

12.2. A critério exclusivo da Contratante este contrato poderá ser prorrogável por iguais períodos, devendo sua vigência total se limitar ao prazo definido ao inciso II do artigo 57 da lei nº. 8.666/93, atualizada;

12.3. Toda prorrogação contratual se fará mediante formalização de termo aditivo a contrato.

## **XIII – FORMA E PRAZO DE EXECUÇÃO**



13.1. A entrega do objeto deste instrumento de contrato, dar-se-á de forma indireta, e imediata após a assinatura do contrato.

13.2. Caberá a contratada fornecer pessoal necessário para os estudos e elaboração dos relatórios, pelo qual não manterão nenhum vínculo empregatício com a Administração Pública.

13.3. A prestação do serviço objeto da licitação está condicionado à conferência, exame qualitativo e aceitação final, obrigando-se esta a reparar, corrigir, substituir, no todo ou em parte, os eventuais vícios, defeitos, incorreções porventura detectados;

13.4. O objeto da presente licitação, somente será recebido se não houver a constatação de qualquer irregularidade. Em havendo irregularidades a contratante poderá:

a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição imediata, contados da notificação por escrito, mantidos os termos de negociação contratados inicialmente, sem ocasionar prejuízo ao evento;

b) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação imediata, sem prejuízo das penalidades cabíveis, contados da notificação por escrito, mantidos os termos de negociação contratados inicialmente.

13.5. Correrão por conta da contratada todas as despesas de seguros, transporte, tributos e demais encargos decorrentes da entrega dos serviços prestados.

#### **XIV - DISPOSIÇÕES GERAIS**

14. Poderão participar deste Processo os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

14.1. Não serão aceitas propostas enviadas via FAC-SÍMILE, TELEX ou E-MAIL.

14.2. Serão rejeitadas no recebimento da Nota Fiscal e Planilha de Serviços para àqueles procedimentos elaborados com especificações diferentes dos constantes do Anexo I e da Proposta Comercial do licitante.

14.3. A licitada será obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente edital.

14.4. Por ocasião do cumprimento do ajuste, o vencedor se obriga a fornecer o documento fiscal respectivo em duas vias, bem como a planilha dos serviços realizados.

14.5. A participação no processo licitatório implica em pleno conhecimento do teor do Edital, Anexo I e memorial descritivo, para todos os efeitos legais, não podendo as licitantes em hipótese alguma alegar desconhecimento dos serviços a serem executados, sob alegação de insuficiência de dados e informações sobre quaisquer serviços.

14.6. À PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ fica reservado o direito de rejeitar todas as propostas, a vista das disponibilidades orçamentárias/financeiras existentes, ou ainda, de em qualquer fase do processo anular esta licitação ou ainda revogá-la na ocorrência de fato

superveniente devidamente comprovada, com abertura de ampla defesa e do contraditório pela interessada, mediante indenizações que porventura forem devidas.

14.7. A adjudicada fica obrigada a aceitar as mesmas condições ajustadas os acréscimos ou supressões verificadas nos serviços de até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor dos preços iniciais.

14.8. Em cumprimento ao disposto no art. 41, § 1º, Lei 8.666/93, é garantido a possibilidade de qualquer cidadão impugnar este Edital, no prazo de 05 dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação.

14.9. Qualquer pedido de esclarecimento sobre o presente edital e de outros assuntos relacionados a presente licitação deverão ser efetuadas por meio eletrônico via internet, através do e-mail para [comulpmt@taruma.sp.gov.br](mailto:comulpmt@taruma.sp.gov.br) ou ainda, ser encaminhado por escrito para a Unidade Gerencial Básica – Licitações – UGB - L, situado a Rua Aroeira, nº. 482 – Vila das Árvores, Tarumã SP, Cep 19820-000, até 2 (dois) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame.

14.10. Integram o presente EDITAL, independente de transcrição os seguintes documentos:

- a) Anexo I - Termo de Referência;
- b) ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato;
- c) ANEXO III – Modelos de Declarações e Procuração;
- d) ANEXO IV - Memorial Descritivo;
- e) ANEXO V - Documentação CRC.

14.11. Só serão admitidos CRC com data de emissão até 3º (terceiro) dia anterior à data do recebimento das propostas.

14.12. O valor estimado da contratação até o período de 31 de dezembro de 2019 corresponde à R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais).

14.13. Informações complementares julgadas necessárias deverão ser procuradas pelo interessado no Departamento de Licitação, sito a Rua Aroeira, n.º 482 – Vila das Árvores, ou através do telefone/fax (18) 3373-4500, sempre no horário de expediente.

Tarumã SP, 08 de agosto de 2019.

**LOUSE CAROLINE GONÇALVES CORDEIRO PRADO**  
Presidente da COMUL

## ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA (PROPOSTA)

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**  
**PROCESSO N.º 117/2019 – TOMADA DE PREÇOS N.º 008/2019**

**Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de treinamento para organização e reestruturação estratégica de ações da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.**

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unit.	Valor Global
01	05	Mês	SERVIÇO DE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO PARA ORGANIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO ESTRATÉGICA DE AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO.	R\$	R\$

Fornecedor: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Valor Global: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)

Validade da proposta: \_\_\_\_\_

Condições de pagamento: \_\_\_\_\_

Conta bancária: \_\_\_\_\_

Tarumã, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

---

**Carimbo da Empresa**  
**Assinatura do Responsável**

**Nota: O preço proposto será considerado completo e deverá abranger os custos relativos a todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais, parafiscais e previdenciárias), fornecimento de mão-de-obra especializada, leis trabalhistas e sociais, administração, lucros, transporte de pessoal e qualquer despesa acessória e/ou necessária não especificada neste instrumento convocatório.**

## ANEXO II - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

## ANEXO II - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

**“MINUTA DE CONTRATO, PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TREINAMENTO PARA ORGANIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO ESTRATÉGICA DE AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ, E DE OUTRO LADO, A \_\_\_\_\_, NA FORMA ABAIXO”:**

Pelo presente instrumento particular de contrato a Prefeitura Municipal de Tarumã, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Aroeira, n.º 482 – Vila das Árvores, no município de Tarumã, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n.º 64.614.449/0001-22, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Senhor **OSCAR GOZZI**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 4.758.458-0-SSP/SP e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º 403.647.128-72, residente domiciliado na Rua das Acácias, n.º 125, na cidade de Tarumã, do Estado de São Paulo, simplesmente denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º \_\_\_\_\_ e Inscrição Estadual n.º \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu representante legal, o Sr. \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade R.G n.º \_\_\_\_\_ – SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas no Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, residente e domiciliado à \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, do Estado de \_\_\_\_\_, doravante apenas simplesmente chamado de **CONTRATADA**, celebram o presente, em observância à Tomada de Preços n.º 008/2019, homologado em \_\_\_\_\_, com fulcro na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, assim como pelas condições do Edital, termos da proposta vencedora e conforme as cláusulas e condições que seguem:

### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de treinamento para organização e reestruturação estratégica de ações da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico**, conforme descrição contida no Memorial Descritivo do Edital da Tomada de Preços n.º 008/2019.

### CLÁUSULA SEGUNDA DA VINCULAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL E DA PROPOSTA

2. Os termos deste Instrumento de Contrato se vinculam aos ditames do Edital do Processo n.º 117/2019 – Tomada de Preços n.º 008/2019, ao Memorial Descritivo e a Proposta da Licitante vencedora.

### CLÁUSULA TERCEIRA DO REGIME DE EXECUÇÃO

3. O objeto deste contrato será executado de forma indireta, em regime de menor preço global.

### CLÁUSULA QUARTA



## **DO VALOR DO CONTRATO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

4. O pagamento será efetuado “À VISTA”, em até 10 (dez) dias úteis da data de entrega do bem ou serviço com a entrega da respectiva Nota Fiscal e relatório de execução dos serviços, junto ao Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Tarumã, após conferida.

4.1. Não será admitida proposta com condição de pagamento ANTECIPADO ou de prazo contado da data de EMISSÃO da Nota Fiscal;

4.2. A Prefeitura não efetuará pagamento através de cobrança bancária; os pagamentos serão efetuados na modalidade de transferência bancária.

4.3. Somente serão efetuados pagamentos aos licitantes que não possuam dívida de qualquer natureza e/ou espécie junto à Fazenda Municipal de Tarumã, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos.

4.4. Para efeito de pagamento, só serão aceitas pela Administração Pública da(s) empresa(s) contratada(s), emissão de Nota Fiscal Eletrônica dos serviços prestados, conforme disciplina a Portaria CAT nº162/2010.

## **CLAÚSULA QUINTA AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DO VALOR DO CONTRATO**

5. Na ocorrência da necessidade de quantidades maiores ou menores que as estabelecidas no ANEXO I, até o limite permitido pela legislação vigente de até 25%, serão feitos pedidos adicionais ou reduções equivalentes.

## **CLAÚSULA SEXTA DO REAJUSTE DE PREÇOS**

6. Os preços serão fixos e irrevogáveis.

## **CLAÚSULA SÉTIMA CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**

7. Os recursos necessários ao pagamento deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

02.10 – 02.10.00 - 23.695.0038.2154 – 3.3.90.39 – **894** – Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica

02.10 – 02.10.00 - 04.122.0001.2155 – 3.3.90.39 – **957** – Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica

## **CLAUSULA OITAVA OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8. São obrigações da Contratante sem que a elas se limite:

8.1. Fiscalizar e acompanhar a prestação do serviço objeto licitado;

8.2. Efetuar o pagamento ajustado, à vista das notas fiscais, devidamente atestadas pelo setor competente.

8.3. Especificar e estabelecer diretrizes para aceitação dos serviços executados pela empresa contratada.

8.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da prestadora de serviço.

8.5. Permitir que os funcionários da contratada possam ter acesso ao local de execução dos serviços.

8.6. Notificar por escrito à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

8.7. Com a finalidade de controlar e fiscalizar, fica o servidor público municipal, Sr.(a). \_\_\_\_\_, cargo \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade RG n.º \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF n.º \_\_\_\_\_, designado a atuar na função de Gestor do Contrato.

### **CLAÚSULA NONA OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9. São obrigações da Contratada sem que a elas se limite:

9.1. A licitante será obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente edital.

9.2. Por ocasião do cumprimento do ajuste, o vencedor se obriga a fornecer o documento fiscal/recibo respectivo em duas vias, bem como relatório dos serviços realizados.

9.3. A licitante vencedora deverá fornecer todo o pessoal necessário à realização dos serviços, ficando sob sua responsabilidade todos os encargos e obrigações sociais e trabalhistas, obrigando-se a saldá-los na época certa, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a municipalidade.

9.4. Comparecer sempre que solicitada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, órgão controlador e fiscalizador dos serviços, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções e acertar providências.

9.5. É de responsabilidade da contratada, arcar com todo e qualquer dano eventual que venha a ocorrer no âmbito da prestação dos serviços.

9.6. A prestação do serviço objeto da licitação está condicionado à conferência, exame qualitativo e aceitação final, obrigando-se esta a reparar, corrigir, substituir, no todo ou em parte, os eventuais vícios, defeitos, incorreções porventura detectados;

9.7. O objeto da presente licitação, somente será recebido se não houver a constatação de qualquer irregularidade. Em havendo irregularidades a contratante poderá:

a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição imediata, contados da notificação por escrito, mantidos os termos de negociação contratados inicialmente, sem ocasionar prejuízo ao evento;

b) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação imediata, sem prejuízo das penalidades cabíveis, contados da notificação por escrito, mantidos os termos de negociação contratados inicialmente.

9.8. Correrão por conta da contratada todas as despesas de seguros, transporte, tributos e demais encargos decorrentes da entrega dos serviços prestados.

9.10. A contratada deverá no ato da assinatura do Termo Contratual, assinar o Termo de Ciência e Notificação para remessa de ajustes ao Tribunal de Contas do Estado em cumprimento as instruções para acompanhamento de todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação.

### **CLAUSULA DÉCIMA DAS SANÇÕES POR INADIMPLÊNCIA**

10. Caso se verifique o descumprimento de quaisquer das cláusulas contidas neste edital que resultem em prejuízo ao serviço público, o contratado incorrerá, a cada falta, em multa pecuniária equivalente a 10% (dez por cento) do valor original do contrato.

10.1. O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que o adjudicatário tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro, atualizado a data do efetivo pagamento.

10.2. Não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa atualizado, deverá ser pago, pelo inadimplente na Prefeitura Municipal. Na ocorrência do não pagamento, o valor será inscrito em dívida ativa para cobrança judicial.

10.3. No caso de reincidência da falta, o contrato será declarado rescindido, e a contratada declarada inidônea, sendo a declaração de inidoneidade publicada no DOE e em jornal local de grande circulação.

### **CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

11. Este instrumento de Contrato terá **validade até 31/12/2019**, a partir da data de assinatura do presente termo.

11.1. A critério exclusivo da Contratante este contrato poderá ser prorrogável por iguais períodos, devendo sua vigência total se limitar ao prazo definido ao inciso II do artigo 57 da lei nº. 8.666/93, atualizada;

11.2. Toda prorrogação contratual se fará mediante formalização de termo aditivo a contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA RESCISÃO**

12. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto dos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

12.1. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.2. A rescisão do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração Municipal;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo neste processo, desde que haja conveniência para a Administração Municipal; ou
- c) judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria;
- d) os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

### **CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA DO FORO COMPETENTE**

13. A interpretação e aplicação dos termos deste instrumento, será regido pelas Leis Brasileiras, em especial pela Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, ficando eleito o foro da Comarca de Assis, do Estado de São Paulo, o qual terá jurisdição e competência sobre quaisquer controvérsias do Contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em três (03) vias de igual teor e para único efeito, conjuntamente com as 2 (duas) testemunhas a seguir, a todo ato presentes para que se produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir e fazer cumprir o presente, por si e seus sucessores em juízo ou fora dele.

Tarumã, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

**OSCAR GOZZI**  
**PREFEITO MUNICIPAL**  
**Contratante**

**Empresa Vencedora**  
**Representante Legal**  
**Contratada**

#### **Testemunhas:**

1. \_\_\_\_\_  
Fernandes Baratela  
RG nº 23.013.725-8 – SSP/SP

2. \_\_\_\_\_  
Louise Caroline G. Cordeiro Prado  
RG nº. 1.523.129 SSP/MS

## TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: \_\_\_\_\_  
CONTRATADO: \_\_\_\_\_  
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): \_\_\_\_\_  
OBJETO: \_\_\_\_\_  
ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (\*) \_\_\_\_\_  
Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

### 1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

### 2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: \_\_\_\_\_

### GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_  
Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Endereço residencial completo: \_\_\_\_\_  
E-mail institucional: \_\_\_\_\_  
E-mail pessoal: \_\_\_\_\_  
Telefone(s): \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

### Responsáveis que assinaram o ajuste:

#### Pelo **CONTRATANTE**:

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_  
Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Endereço residencial completo: \_\_\_\_\_

E-mail institucional: \_\_\_\_\_

E-mail pessoal: \_\_\_\_\_

Telefone(s): \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Pela **CONTRATADA:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Endereço residencial completo: \_\_\_\_\_

E-mail institucional: \_\_\_\_\_

E-mail pessoal: \_\_\_\_\_

Telefone(s): \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_



## ANEXO III - MODELO DE PROCURAÇÃO E DECLARAÇÕES

### DECLARAÇÃO

Obs: Apresentar esta declaração acompanhada da CERTIDÃO DA JUNTA COMERCIAL (Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, conforme artigo 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007) ou pelo Cartório de Registro Civil, conforme o caso).

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ n.º \_\_\_\_ - (bairro), no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J. sob n.º \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual n.º \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

**DECLARAR**, para fins de participação no Processo Licitatório n.º \_\_\_\_/2019 – Tomada de Preços n.º \_\_\_\_/2019, sob as penas da Lei, que a sobredita empresa se enquadra perfeitamente nos exatos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta, portando, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório, conforme disposição contida no item 3, do presente Edital.

**DECLARO**, outrossim, que a empresa não está enquadrada em qualquer impedimento previsto no artigo 3º, parágrafo 4º, da LC nº. 123/06.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador  
Nº. documento identidade

## DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ n.º \_\_\_\_ - (bairro), no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J. sob n.º \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual n.º \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

**DECLARAR**, para fins de participação no Processo Licitatório n.º \_\_\_\_/2019 – Tomada de Preços n.º \_\_\_\_/2019, sob as penas da Lei, que nos termos do §6º, do artigo n.º. 27, da Lei n.º. 6544/89, cumpre e está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador  
Nº documento identidade

## DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ n.º \_\_\_\_ - (bairro), no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J. sob n.º \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual n.º \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

**DECLARAR**, para fins de participação no Processo Licitatório n.º \_\_\_\_/2019 – Tomada de Preços n.º \_\_\_\_/2019, sob as penas da Lei, que inexistem fatos impeditivos à habilitação e participação no referido certame, uma vez que se fazem, até o presente momento, satisfeitas as exigências contidas no art. 27, da Lei n.º 8666/93 e suas posteriores alterações.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador  
Nº documento identidade

## DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_ - (bairro), no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J. sob nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

**DECLARAR**, para fins de participação no Processo Licitatório nº. \_\_\_\_/2019 – Tomada de Preços nº. \_\_\_\_/2019, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )  
(Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Declara também que atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho, para fins do determinado no parágrafo único, art. 117, Constituição do Estado de São Paulo.

E ainda, na qualidade de empregadora, não tem como Sócio, Representante, Administrador, Diretor, Gerente ou Empregado, pessoa condenada por crime ou contravenção penal, em razão da prática de atos de preconceito de raça, cor, sexo ou estado civil, ou pela adoção de práticas inibidoras, atentatórias ou impeditivas do exercício do direito à maternidade ou de qualquer outro critério discriminatório para a admissão ou permanência da mulher ou homem no emprego, nos termos da Lei Estadual nº 10.218 de 12/02/99.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador  
Nº documento identidade

## DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_ - (bairro), no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J. sob nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

Declaramos, sob pena de Lei, que a empresa .....(razão social/CNPJ) ..... não está impedida de licitar ou contratar com a Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador  
Nº documento identidade



## DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_ - (bairro), no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J. sob nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

**DECLARAR**, para fins de participação no Processo Licitatório nº. \_\_\_\_/2019 – Tomada de Preços nº \_\_\_\_/2019, sob as penas da Lei, que concorda com todos os termos e condições previstas no edital.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador  
Nº documento identidade

## MODELO DE PROCURAÇÃO

Eu,.....(sócio proprietário), residente na rua  
....., na cidade de ....., portador da RG  
..... e CPF....., venho por meio desta, nomear o  
Senhor(a)....., portador do RG....., residente a  
rua....., nº., .....como meu bastante procurador, para o  
fim especial de representar a empresa ....., situada a rua  
(Avenida)....., nº..... na cidade de .....,  
Estado de ....., CNPJ..... e Inscrição  
Estadual....., junto a Prefeitura Municipal de Tarumã, SP, no edital de  
Licitação \_\_/2019, Modalidade Tomada de Preços, nº. \_\_/2019, para praticar todos os  
demais atos pertinentes ao certame em nome da minha empresa acima citada, inclusive  
para assinatura contrato.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente declaração.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Ass.

## ANEXO IV – MEMORIAL DESCRITIVO

**MEMORIAL DESCRITIVO**  
**PROCESSO N.º 117/2019 – TOMADA DE PREÇOS N.º 008/2019**

**1. Objeto**

**Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de treinamento para organização e reestruturação estratégica de ações da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.**

**CONDIÇÕES GERAIS:**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

Treinamento para qualificação de Agentes de Desenvolvimento Econômico, dentro da Prefeitura, sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, e, Chefia de Gabinete do Prefeito de Tarumã-SP.

**ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

**OBJETO:**

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Treinamento e qualificação de gestores voltados para organizar ambiente favorável ao surgimento e fortalecimento do empreendedor individual, microempresário e empresário de pequeno porte, servidores e Agentes de Desenvolvimento Econômico, sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, e articulação da Chefia de Gabinete do Prefeito, pelo período de 05 (cinco) meses, podendo ser prorrogado nos termos da lei, até o limite de 60 (sessenta) meses.

**JUSTIFICATIVA:**

O treinamento acima descrito visa desenvolver competências dos gestores e profissionais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, recém-criada, e de todas as outras Secretarias que direta e indiretamente podem estar envolvidas com o escopo de Crescimento Econômico. A base legal do treinamento deverá ser a Lei Complementar 123/06.

Temos o desafio de contribuir para a mudança da mentalidade reinante em nossa sociedade que enxerga a Prefeitura como forma de paternalismo assistencial. Empreendedorismo e auto responsabilidade essa é a nova consciência que necessita de treinamento. É preciso que os atores que protagonizam neste cenário desenvolvam ações articuladas e integradas voltadas para a superação desta percepção que minimiza a importância e o valor da coisa pública, custeada por todos e que deveria assim ser mais reconhecida e valorizada como importante.

Diante de contextos complexos de crise econômica, inclusive com o desemprego que campeia nosso município, causado, neste momento, pela Usina de Açúcar local, e que demandam soluções tão complexas quanto, há que se cuidar dos gestores e profissionais de desenvolvimento para que estes dediquem à vida de outras pessoas de forma distinta e alinhada às suas necessidades econômicas de emprego renda e empreendedorismo. Faz-se necessário constituir organizações que reconheçam a importância da educação empreendedora para a agregação de novos valores às práticas conduzidas por lideranças sensíveis aos cenários e que confirmam oportunidades para a recriação e uma prática

gestora pautada pela cultura de resultados pela gestão por competências e por performance.

## MÉTODOS

A prestação do serviço passará por cinco etapas que serão abordadas transversalmente às ações existentes, como segue:

Etapa 1: Diagnóstico - Treinamento com servidores da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Coordenadores a respeito de metas e planejamento estratégico do empreendedorismo no município por meio de inteligência acumulada na prática dos serviços e na gestão dos sistemas de informação.

Etapa 2: Planos de ação - Treinamento e readequação dos planos de ação que melhorem os processos de trabalho em desenvolvimento econômico e os resultados, pautadas pelo monitoramento e avaliação do surgimento de novas pessoas jurídicas (CNPJ), LC 123/06 e suas alterações;

Etapa 3: Qualificação - Treinamento para qualificação dos gestores de todas as secretarias municipais a respeito da ação conjunta com o escopo da formalização, qualificação, crescimentos dos pequenos empreendedores locais;

Etapa 4: Certificação - Treinamento para conferir sustentabilidade aos processos de gestão e do trabalho em desenvolvimento econômico a partir do alcance dos resultados esperados segundo os padrões estabelecidos.

Etapa 5: Excelência - Treinamento intersetorial para ações simultâneas e conexas com tratamento diferenciado, simplificado e favorecido aos pequenos empreendedores.

## DOS PREÇOS:

Nos preços propostos deverão estar inclusos todos os custos e despesas, encargos e incidências, diretos ou indiretos, ISS, se houver, não importando a natureza, que recaiam sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

## CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

As empresas proponentes deverão apresentar propostas indicando valor a ser fornecido e será vencedora a empresa que apresentar o menor preço, livre de quaisquer ônus, desde que cumprindo com todos os requisitos do Edital.

A empresa contratada deverá realizar a prestação de serviços de treinamento e qualificação para gestores e desenvolvimento econômico, sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, e, articulação da Chefia de Gabinete em 64 (sessenta e quatro) horas/mensais, sendo 60 (sessenta) horas presenciais.

## EIXOS TEMÁTICOS DO TREINAMENTO

Durante a execução do presente trabalho serão tratados os seguintes temas:

1. Lei Complementar Federal 123/06
2. Políticas Públicas para o Desenvolvimento dos Pequenos Negócios
3. Cooperação Intermunicipal para o Desenvolvimento Econômico
4. Compras Governamentais de Pequenos Negócios
5. Pequenos negócios no campo
6. Inovação e Sustentabilidade
7. Empreendedorismo nas escolas
8. Desburocratização
9. Inclusão Produtiva e apoio ao Microempreendedor Individual (MEI)
10. Treinamento sobre Agente de Desenvolvimento;
11. Lei Geral e os diagnósticos;
12. Lei Geral e as metas;
13. Lei Geral e Parcerias;
14. Lei Geral de Desburocratização
15. Lei Geral Abertura de Empresas
16. Lei Geral e fechamento de Empresas
17. Lei Geral e Oportunidade de Negócios e Licitações
18. Lei Geral e Feira de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia de Tarumã - FEITAR
19. Lei Geral e Turismo
20. Frente de Trabalho
21. Distrito Industrial;
22. Startup, tecnologia e Inovação;
23. Educação Empreendedora
24. Trabalhadores Informais
25. Formalização Micro Empreendedor Individual - M.E.I
26. Microempresas
27. Empresas de Pequeno Porte
28. Desoneração dos Pequenos Negócios
29. Estruturas de atendimento
30. Demandas, números de atendimentos e tempo no atendimento
31. Tratamento diferenciado, favorecido e simplificado
32. Programas, benefícios e estímulos;
33. Diagnóstico dos Indicadores atuais (4 horas);
34. Elaboração do Planejamento Estratégico. Análise SWOT(4 horas);
35. Seminário de Formação de Multiplicadores e Gestão (40 horas);
36. Planejamento de Políticas Públicas voltadas para regularizar o tratamento diferenciado nas Licitações Públicas (6 horas)
37. Elaboração de cronograma de ações e indicadores para monitorar processos, medir desempenho e avaliar o impacto na comunidade (6 horas)
38. Novo conceito da Sala do Empreendedor
39. Planejamento da Feira de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia de Tarumã - FEITAR
40. Planejamento da Semana Municipal do Empreendedorismo



41. Avaliação das Execuções /adequações/ mensuração dos resultados/quantificação - Caderno "Município Empreendedor" (40 dias)
42. Microempreendedores Individuais (MEI), fixação de Metas de Políticas Públicas voltadas ao ambiente favorável aos MEIs. Planejamento de mobilizações para formalização; (40 dias)
43. Programação: meta, planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações, implantação de cultura de resultados para organizações públicas em desenvolvimento econômico.
44. Círculo virtuoso e ambiente favorável ao surgimento e crescimento de empresas.
45. Associação Comercial de Tarumã - ACITA
46. Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico
47. Desemprego e o empreendedorismo por necessidade.
48. Comunicação e Empreendedorismo
49. Treinamento para atualizar as existentes e instituir novas leis, se for o caso.

### 1. Abertura para participação da sociedade civil:

A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (também conhecida como Estatuto Nacional da Micro e Pequena Empresa) é a Lei Complementar Federal 123/2006, atualizada pelas Leis Complementares 127/2007, 128/2008, 133/2009, 139/2011, 147/2014, 154/2016 e 155/2016.

Treinamento para os organizadores da Feira de Empreendedorismo, dos Secretários e líderes locais sempre será da perspectiva do:

- Microempreendedor Individual (MEI): é empresário individual com faturamento anual até R\$ 81.000,00 (a partir de jan/2018)
- Microempresa (ME): é a empresa com faturamento anual até R\$ 360.000,00 (sem alteração do teto em 2018);
- Empresa de Pequeno Porte (EPP) é a empresa com Faturamento anual até R\$ 4.800.000,00 (a partir de jan/2018);
- Agricultor Familiar é aquele que pratica as atividades no meio rural e que atenda os requisitos da Lei 11.326/2006 e que seja detentor da DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF);
- Produtor Rural Pessoa Física é a pessoa que explora atividade agrícola e/ou pecuária nas quais não sejam alteradas a composição e as características dos produtos "in natura" e que faturem o valor de até R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) anual e possuam inscrição estadual de produtor, somando a esse grupo os pescadores com registro geral da pesca;
- Empreendimento Econômico Solidário é aquele definido pelo Decreto 7.358/2010 e mencionado na RDC 49/2013 da ANVISA;
- Empresa em Processo de Formalização é aquela que já iniciou os procedimentos para sua regularização perante os órgãos públicos.

## **2. METODOLOGIA**

2.1 Seminário de Sensibilização;

2.2 Treinamento.

2.3 Reuniões;

2.3 Oficinas.

2.4 E-BOOK

## **3. MATERIAIS DIDÁTICOS**

3.1 Fornecimento de material didático, e-book, em forma digitalizada. Sendo permitida a reprodução ilimitada de todo material, para uso exclusivo na Prefeitura e empreendedores do Município de Tarumã.

A empresa vencedora deverá conferir suporte técnico aos gestores, trabalhando na "ponta" dos serviços.

A empresa vencedora deverá auxiliar na melhor comunicação e relações entre a Prefeitura e habitantes do município, utilizando-se de ferramentas e tecnologias digitais da própria prefeitura.

A empresa vencedora deverá considerar o diagnóstico atual, levando em consideração resultado nos indicadores oficiais e locais realizados pela Prefeitura;

A empresa vencedora deverá construir planejamento conjunto com vistas a atingir as metas propostas;

A empresa vencedora deverá capacitar e instrumentalizar os atores envolvidos e realizar monitoramento, efetivação ou correção das ações conjuntamente com a gestão.

### **CONDIÇÕES GERAIS:**

O local onde serão realizados os trabalhos será previamente definido em acordo com a empresa contratada e a disponibilidade da contratante.

A empresa contratada deverá indicar o responsável pela execução do contrato e acompanhamento dos serviços o qual prestará todos os esclarecimentos solicitados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

A contratada deverá proceder a execução dos serviços e arcar com as despesas de alimentação, hospedagem e transporte dos técnicos envolvidos na prestação dos serviços.

A contratada assume integral responsabilidade pelo pagamento dos encargos fiscais, comerciais, trabalhistas, previdenciários e outros que decorram dos compromissos assumidos no contrato, não se obrigando a contratante a fazer-lhe restituições ou reembolsos de qualquer valor despendido com estes pagamentos.

Os profissionais que prestarão o serviço deverão ter conhecimentos, habilidades e experiência no desenvolvimento dos trabalhos, bem como formação compatível com os trabalhos a serem desenvolvidos.

A contratada deverá:

- fornecer recursos humanos devidamente habilitados e recursos materiais para o perfeito funcionamento dos serviços e se responsabilizar ética, civil e criminalmente, bem como na esfera trabalhista pelos serviços prestados.
- exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada de acordo com o Termo de Referência em questão.
- notificar a contratada por escrito de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.
- efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.
- exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, bem como atestar as Notas Fiscais emitidas pela contratada.

#### **DO PAGAMENTO:**

A emissão da nota fiscal será a cada 30 (trinta) dias da execução dos serviços prestados, com início a partir da data de assinatura do contrato e emissão da Autorização de Fornecimento (AF).

A empresa deverá apresentar juntamente com a nota fiscal, a lista de presença dos participantes das atividades no mês referente ao mês faturado.

Os pagamentos serão efetuados de acordo com as normas da contabilidade pública, até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo responsável do setor, mediante conferência dos documentos pertinentes, não podendo ultrapassar a quantidade solicitada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

A nota fiscal que apresentar incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal corrigida.

Não será efetuado qualquer pagamento à contratada, em caso de descumprimento das condições exigidas na licitação.

É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

## ANEXO V - RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CADASTRO – C.R.C.

## **RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CADASTRO – C.R.C.**

**PROCESSO Nº 117/2019.**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2019.**

### **1º HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) Contrato Social de Contribuição, e última alteração;
- b) Cédula de Identidade dos sócios, ou apenas, do sócio administrador;

### **2º REGULARIDADE FISCAL**

- a) Cadastro Geral de Contribuinte (CNPJ);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal/Previdenciária (Dívida Ativa e Tributos), em plena validade.
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, consistente na apresentação de Certidão Negativa de Débitos Estaduais; em plena validade.
- d) Prova de regularidade para com a Procuradoria do Estado, consistente na apresentação de Certidão Negativa de Débitos Estaduais; em plena validade (com caso de empresa sediada no Estado de São Paulo).
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da jurisdição fiscal da empresa licitante, consistente na apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais; em plena validade.
- f) Prova de regularidade para com FGTS em plena validade;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, (CNDT); em plena validade.

**“TODOS OS DOCUMENTOS DEVERÃO ESTAR DEVIDAMENTE AUTENTICADOS”**  
**(exceto os que podem ser emitidos via internet)**